



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 0079/11	<b>DATA:</b> 02/03/2011
<b>INÍCIO:</b> 14h14min	<b>TÉRMINO:</b> 15h12min	<b>DURAÇÃO:</b> 00h59min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 00h59min	<b>PÁGINAS:</b> 22	<b>QUARTOS:</b> 12

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Reabertura dos trabalhos do Conselho na presente legislatura.
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero saudar os colegas que estão chegando. Quero saudar Félix Mendonça Júnior, filho do nosso colega Félix Mendonça, que durante muito tempo integrou este Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica e que também foi autor e Relator de uma das matérias mais importantes, hoje praticamente esgotada. Faz parte dos cadernos do Conselho de Altos Estudos. São três as séries já publicadas: Biodiesel e Inclusão Social, A Dívida Pública Brasileira — de Félix Mendonça —, e O Mercado de *Software* no Brasil.

Todos sabem que o Brasil é um grande exportador de *softwares*. Porém, enquanto a Índia exporta cerca de 20 bilhões de dólares em *software* por ano, o Brasil importa 10 bilhões de dólares/ano. Então, fizemos um trabalho para identificar locais onde poderiam ser feitos esses *softwares* e, mais do que isso, para mostrar ao Governo como deveria ser feito o estímulo para que o Brasil pudesse produzir *softwares* e, em vez de importador, tornar-se exportador.

Quero saudar também o grande colega Pastor Marco Feliciano, que nos honra com sua presença.

Eu gostaria de dizer que, nesse trabalho sobre mercado de *softwares*, foram indicados alguns pontos que ninguém esperava: Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, com a sua primeira faculdade de Engenharia, são polos importantes de Minas Gerais; Campina Grande, na Paraíba, é outro polo importantíssimo; o polo digital de Pernambuco; e Fortaleza, no Ceará.

Eu tenho uma história a contar. Marcondes Gadelha foi a Madri. E, quando chegou lá, viu que tinha perdido a sua maleta. Então, ligou para o Consulado Brasileiro e foi atendido no aeroporto. O funcionário disse que ia levá-lo à delegacia, próxima do aeroporto. Chegando lá, o funcionário disse: “*Vou identificar o local onde está a sua maleta agora. Eu tenho um software, comprado no Brasil, na cidade de Campina Grande, que vai identificar a sua maleta*”. Marcondes disse: “*Eu sou de lá!*” Colocado o *software*, viram que a maleta tinha sido trocada pela de outro passageiro e identificaram o endereço em que estava.

Então, vejam como o Brasil tem capacidade tecnológica. Falta apenas estímulo. Aliás, sobre a capacitação tecnológica da população também há um trabalho publicado. Vou ver se recupero todas essas séries e distribuo aos colegas.



Temos também publicado o trabalho Os Desafios do Pré-Sal. E quem primeiro falou do pré-sal, o Dr. Paulo César, é um grande especialista.

Eu me esqueci de dizer que temos na Câmara a maior consultoria do Brasil, sem qualquer favor. O Secretário-Executivo do Conselho, Dr. Ricardo Rodrigues, é uma sumidade. Ele é Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara, que conta com 200 consultores legislativos, todos à nossa disposição. Dependendo do tema, eles se integram a nós e fazem um trabalho meritório.

Então, quem primeiro falou em partilha do pré-sal foi este órgão. Quando ainda era Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff me ligou, como Presidente do Conselho, pedindo para utilizar vários dispositivos do nosso projeto que estavam incluídos e que considerava importantes.

Ainda sobre a série de cadernos a que me referi, todos esses livros são lançados numa solenidade muito grande, com a participação do Presidente da Câmara, de Reitores, de Ministros de Estados, de todos.

Então, este é um órgão respeitadíssimo, de uma respeitabilidade enorme no País, sobretudo no setor acadêmico. As universidades respeitam demais este Conselho e muitas vezes o consultam.

Outros cadernos: Alternativas de Políticas Públicas para a Banda Larga; Universalização da Banda Larga, que estamos defendendo; A Política Espacial Brasileira. Nunca havia sido feito assim, ou seja, nós lançamos em dois volumes. É um trabalho alentado sobre o que deve ser feito, se não o Brasil vai ficar atrasado.

Nós queremos que o Brasil, a curto prazo, faça a universalização da banda larga, primeiro chegando às universidades. O sonho de todos os Prefeitos é o seguinte: *“Eu quero fazer a minha cidade digital”*. Cidade digital nada mais é do que a universalização da banda larga. Então, com isso nós queremos chegar a todas as cidades brasileiras.

Hoje, no mundo moderno, através dessa capacitação tecnológica, um satélite é lançado com dispositivos que identificam centímetros de um território — não é mais metro, não; é centímetro de um território. E isso serve para a agricultura, para tudo, enfim. Precisamos fazer isso cada vez mais.

Discutimos aqui a nanologia e a nanotecnologia. A nanologia é uma ciência que começou quando um pesquisador afirmou que podíamos escrever, na cabeça



de um alfinete, toda a *Encyclopedia Britanica*, com 14 volumes; e que determinados objetos condutores, quando fracionados, tornam-se isolantes.

A nanologia tem uma aplicação muito grande em todos os setores de atividades, sobretudo na Medicina. Determinados fármacos foram tão fracionados que passaram a ter efeito contrário. Por isso, hoje, a nanotecnologia e a nanologia estão sendo estudadas pelo mundo inteiro, como uma nova ciência, a ciência do futuro. E este Conselho aprofundou esses estudos. Nós temos interesse em fazer isso aqui.

A segunda série que começamos a lançar foi sobre documentos. Uma delas é a TV Digital: Futuro e Cidadania.

A TV digital pública nasceu aqui! Foi aqui que lançamos a primeira TV digital pública. A Câmara tem a TV digital porque nós fizemos isso. Foi um cavalo de batalha. Mas cobramos do então Ministro Hélio Costa e fizemos isso.

A terceira série eu considero importante: Avaliação de Políticas Públicas. Nós lançamos o Programa UCA — Um Computador por Aluno; One Laptop per Child. É de um grande cientista que, ao lançar pela primeira vez, veio ao Brasil. O Presidente Lula ficou encantado. Era 1 milhão de computadores por ano e terminou sendo 200 mil nas escolas. Esse projeto está sendo reproduzido. Nós fizemos esse projeto renascer. Trouxemos aqui quem de direito. E hoje esse projeto está continuando, graças ao Conselho.

E fizemos também outro trabalho muito interessante: Responsabilidade na Gestão Pública. Fizemos uma avaliação dos desafios dos Municípios diante da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações. A Lei de Licitações estava desatualizada — precisávamos atualizá-la.

Mas fizemos muito mais do que isso. Trouxemos aqui a Marinha e pessoas que estudam o setor nuclear. Chegamos à conclusão de que — por exemplo, 80% da energia gerada na França é energia nuclear — a energia nuclear é a que representa menos risco. No entanto, devido ao acidente de Chernobyl, ficou marcado. O acidente de Chernobyl foi mais uma falha humana do que falha da própria usina.

A partir daí trouxemos uma autoridade do Governo que já anunciou a construção de mais sete usinas nucleares, inclusive três no Nordeste. Estudaram o



Nordeste e viram que à margem do São Francisco era um dos melhores locais para fazer as três usinas.

Acho que o Brasil precisa urgentemente de energia reciclável. Sou daqueles que acham que a hidroeletricidade é energia boa, sendo que tem um grave defeito: recobre as melhores terras e obriga a grandes desapropriações.

Hoje o meio ambiente é um problema muito sério. Por isso precisamos ter outras alternativas. Discutimos uma contra-alternativa importante que é a energia solar e a energia eólica. O Nordeste tem uma fonte inesgotável. Se sobrevoarmos o litoral do Ceará veremos apenas tem energia eólica.

Pedi ao Governador de Pernambuco que analisassem todas as serras daquele Estado. Foram identificados muitos pontos em que se poderia ter energia eólica.

Neste Conselho, andamos no fio de uma meada, não queremos competir com nenhuma Comissão Permanente da Casa. Queremos política nova. Por isso estamos discutindo aqui, e o Deputado Jaime Martins é o Relator, o marco regulatório para a política mineral brasileira que está desatualizada. São 14 mil licenças de jazidas e só temos 900 exploradas, o resto foi tudo para especulação.

Queria saudar o nosso grande companheiro Newton Lima, que foi Reitor da Universidade de São Carlos e, tenho certeza absoluta, dará uma grande contribuição a este Conselho.

Queria dizer que mantemos uma interação muito grande, através da Consultoria Legislativa e de seus membros, com as universidades, com a área científica do Brasil, porque trabalhamos e os projetos são audaciosos.

Trouxemos aqui o Presidente do Centro de Tecnologias Estratégicas para o Nordeste — CETENE, e ele nos disse que até o final do ano passado — vou até cobrar isso — estava lançando um *chip* para colocar numa televisão, que custava 200 reais, e a transformaria num computador. Ele disse que fica tudo na tela, a tecla, o *mouse*, e se movimenta como se fosse um computador. Quando se tira o *chip* passa a ser uma televisão.

Então, estamos discutindo o marco regulatório e, também importante, o relatório Jaime Martins. O outro se chama Ariosto Holanda, Relator de importante matéria: a capacitação tecnológica das micro e pequenas empresas no País.



As micro e pequenas empresas no Brasil são geradoras de 58% dos empregos com carteira assinada. Precisamos cada vez mais capacitar, dar uma melhor gestão a essas empresas para que elas possam ter o poder de competitividade num mercado cada dia mais exigente.

Quero saudar o companheiro Luciano Moreira, do Maranhão, que muito nos honra. Conto com sua presença.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de dizer que há um tema que está sendo muito estudado. E nós precisamos também nos dedicar a ele com muito cuidado. Vai merecer um estudo muito aprofundado da gente e do Deputado Fernando Ferro. Além da energia nuclear, ele pretende que se dê o desdobramento da energia, não só através do radioisótopo, que os senhores utilizam em medicina de uma maneira extraordinária, como também a propulsão nuclear e o comércio de urânio enriquecido no mercado internacional. Todos sabem que o Brasil tem a maior reserva de urânio do mundo.

Nós precisamos, ao mesmo tempo, vender o urânio bruto e o urânio enriquecido, para fins pacíficos, lógico. Discutimos aqui com a Marinha um submarino nuclear. Queremos que o Brasil tenha a tecnologia dos submarinos nucleares e condicionamos, naquele momento, a compra dos caças que fornecessem ao mesmo tempo o submarino nuclear. Por isso essa briga toda pelos três — quem fornecesse o *know-how* da construção do submarino nuclear. A Marinha avançou demais. O Brasil hoje, ele não quis dizer, mas nós podemos dizer com certeza absoluta, tem capacidade de desenvolver bomba atômica na hora que quiser. Graças a Deus, não pensou nisso ainda, porque nós a queremos para fins pacíficos. Tenho fé em Deus que nunca vamos enveredar por esse caminho, porque o verdadeiro caminho é usarmos a energia nuclear para fins pacíficos e para o bem da humanidade, e não para a sua destruição.

Aqui estamos abertos a proposições. Ninguém aqui é dono da verdade. A proposta sairá aprovada por unanimidade. Cada um dará sua opinião.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Sr. Presidente, estou achando muito interessante. Estou muito animado em ter vindo para cá, sob a sua Presidência...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - ...e com a qualidade dos Parlamentares que nós temos aqui. Como é que tem funcionado? O senhor descreveu uma série de fatos. As pessoas trazem uma ideia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Nós aqui votamos essa ideia. A pessoa se torna Relator. Em seguida, convocam-se as autoridades daquele setor.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - E faz-se o quê? Vem alguém para expor, assessorias?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Encontros. Toda semana há encontros. Concomitantemente a assessoria vai a você e começa a desenvolver o tema com você.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Existe uma assessoria própria da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não, da Consultoria. Nós temos 200 consultores. Esse aqui, o Presidente, é uma capacidade. O Dr. Ricardo Rodrigues é o Diretor da Consultoria Legislativa, o novo Secretário Executivo. Há 200 consultores à nossa disposição.

Nós temos o Dr. Paulo César que é o maior especialista em pré-sal. Hoje ele faz conferência no Brasil inteiro, nas Assembleias Legislativas, sobre o pré-sal.

Eu queria fazer aqui a primeira proposição para descontrair. Proponho que estudemos aqui o problema da telefonia celular móvel. Acho que a telefonia celular móvel no Brasil é um problema sério. Por exemplo, eu tenho a TIM, mas não consigo acessar a TIM no momento de pico. Por quê? Porque venderam *chip* de 5 reais. Então, inundou o mercado e não se consegue fazer ligações.

Outra coisa. Precisamos fiscalizar as contas. Trouxemos a ANATEL e ela não foi capaz de fazer uma fiscalização devida para essas empresas. Nós precisamos dizer a verdade, trazer aqui o Presidente da ANATEL, o Presidente das quatro maiores empresas, para discutir e propor soluções. Então, minha primeira proposta era essa.

Passo a palavra para quem quiser se manifestar.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Eu tenho uma proposta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Meu querido colega Newton Lima, vamos gravar.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Muito obrigado.

Desculpem a ansiedade, mas trago um tema que me parece da maior relevância para o Brasil. Um Conselho presidido por V.Exa., Deputado Inocêncio, e com esse escopo certamente vai nos ajudar a acelerar essa discussão.

Primeiro, quero me apresentar. Meu nome é Newton Lima, Deputado de primeiro mandato. Sou engenheiro da Escola Politécnica da USP, contemporâneo do meu amigo Arnaldo Jardim, que era nosso líder maior estudantil. Ele não gosta que eu fale, mas o apelido dele na Escola Politécnica era Chefão. Era o nosso chefe.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - E continua sendo. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - E continua sendo. Fui um dos que ajudaram-no a ganhar esse carinhoso apelido, por conta da sua liderança extraordinária.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Consegui ultrapassar muito rapidamente os antigos. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Enfim, sou engenheiro formado pela Poli. Depois, fui para São Carlos como professor da universidade federal, onde tive o privilégio de ter sido vice-reitor e reitor. Na sequência, fui eleito por dois mandatos como Prefeito da cidade. Agora, estou no meu primeiro mandato como Deputado.

Um tema a que venho me dedicando já há algum tempo como profissional e como político é tentar entender por que o Brasil na área de inovação está tão atrás das outras potências, em especial do fenômeno chinês, que abala o mundo todo. Para quem ouviu e leu o último discurso do Obama à nação, ele fala em cinco anos de congelamento do orçamento americano por causa do déficit, mas que não haverá cortes na área de Ciência e Tecnologia, na inovação. Eles estão muito preocupados com os chineses, que eram a terceira e já são a segunda potência mundial. Não são só os mecanismos macroeconômicos ou de limitação que fazem os chineses terem uma indústria muito forte, mas sobretudo porque os chineses agregaram valor tecnológico e conhecimento aos seus produtos. Por isso a concorrência internacional é extremamente favorável a eles.





Queremos que nossas empresas concorram. Há um conjunto, um leque imenso de temas que vamos precisar tratar. Quero tratar de um e depois fechar um pouquinho o elenco, o leque para chegar a um deles, que me parece ser de interesse geral.

Precisamos ter, na minha opinião, um banco de investimento na inovação, e acho que a FINEP tem que se transformar nesse banco de inovação. Precisamos rever os marcos regulatórios, a Lei do Bem e a Lei da Inovação, que marcaram época, mas que precisam ser revitalizadas, a fim de serem instrumentos importantes para nossas empresas se acostumarem à lógica da inovação, não só de gestão, mas de processos, para terem produtividade e agregarem valor.

Vamos precisar discutir um outro tema muito importante. Eu conversava com o Deputado Inocêncio sobre a pouca formação de engenheiros que temos no Brasil em relação aos países que hoje competem conosco. Todos sabemos que o Brasil forma muito poucos engenheiros, e está precisando importar engenheiros neste momento para o *boom* da indústria brasileira como um todo. Os dados são eloquentes nessa direção.

Precisamos fortalecer os fundos setoriais, ter mais compras governamentais, precisamos de mecanismos de indução da elevação nas empresas, precisamos desonerar a produção. Enfim, precisamos de um conjunto de ações.

Uma delas em especial me chama a atenção, a qual proponho à consideração dos ilustres colegas desta Comissão. Ela diz respeito à propriedade intelectual, patentes, na qual estamos extremamente atrasados. A nossa Lei de Patentes não estimula. Olhem o paradoxo: o Brasil é a décima terceira potência em produção de artigos científicos. Estamos muito bem do ponto de vista de ciência. E somos um dos países que mais crescem na produção de *papers*, na produção de conhecimento, por força de uma pós-graduação muito forte, de institutos de pesquisa fortes, de universidades fortes. Mas, na hora das patentes, estamos regredindo, porque o volume de patentes depositadas por outros países é muito maior que o nosso. Isso, na verdade, é absolutamente um gargalo para o processo de desenvolvimento das nossas empresas, do nosso parque nacional.

Permitam-me, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira e demais colegas, submeter à apreciação de todos a ideia de trazermos aqui não só o Ministro da Ciência e



Tecnologia, não só o Ministro da Indústria e do Comércio, porque quero saber por que o INPI não funciona. Por que se demora tanto para registrar patente no Brasil? Quais são os mecanismos nacionais e internacionais que o Brasil assinou que hoje vêm nos colocando uma camisa de força tal que nos impede de ter uma velocidade proporcional à produção do conhecimento também no registro de patentes, na inovação tecnológica nos processos produtivos.

Se houver necessidade de uma exposição de motivos, me coloco à disposição para fazê-la. Penso que é um tema absolutamente de interesse de todos os partidos políticos. Está em jogo aqui a estratégia de inovação para a construção da sociedade do conhecimento, que ao lado da educação de qualidade vai nos potencializar ser a quinta potência deste planeta em dez anos.

São essas as minhas considerações. Muito obrigado inclusive pelo gentil convite, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero dizer que gostei muito dessa ideia. Na legislatura passada, várias vezes tocamos nesse tema. Acho que o Brasil é sempre acusado de pirataria. Precisamos fazer isso. O maior pirata do mundo hoje é a China. A China copia tudo.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Eu não quis dizer isso, falei com outras palavras, mas o senhor já disse. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Precisamos cada dia mais fazer com que o País seja respeitado lá fora, e os nossos produtos sejam tidos como verdadeiros.

O Brasil registra muito pouco. Precisamos estimular as pessoas a registrar as patentes. Como S.Exa. disse, a burocracia é muito grande. Acho que precisamos trazer quem de direito para desburocratizarmos esse setor e fazer com que ele ande. Então, aceito isso de bom grado.

Queria discutir. Se os colegas aceitarem, vamos votar o primeiro tema.

Em votação, portanto, a ideia do nobre colega Newton Lima, para que possamos analisar patentes, a nova Lei de Patentes.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Propriedade intelectual, de uma maneira geral, e patentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Capacidade tecnológica.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não. Deputado Luciano Moreira tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Antes de entrar no tema da discussão que o senhor pediu, quero dizer que estou aqui como convidado. Não sei se terei a honra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero orientar a cada um que peça ao seu Líder para indicá-lo. Mas terei o maior prazer de fazer um convite pessoal para que quem não foi indicado possa participar.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Já fui, pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Graças a Deus.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Não sei se terei a honra de participar desta Comissão de altíssimo nível.

Procurei muito antes ver todos os trabalhos. Sou Deputado Federal pelo Maranhão. Sempre atuei no Poder Executivo, fui Secretário durante 22 anos em várias áreas, como educação, planejamento, gestão. E fui reitor *pro tempore* da universidade do Maranhão. Procurei conhecer a Casa logo após as eleições. Uma das vertentes do trabalho do Congresso foi esta Comissão. Procurei e vi que o meu partido, o PMDB, tinha presença. Identifiquei um colega que não foi reeleito, Paulo Henrique Lustosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Aliás, tem um bom trabalho aqui.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Pedi, então, ao meu Líder, à Liderança do partido que fizesse essa indicação. Ela não chegou ainda, mas para mim já é de grande valia. Agradeço a coleção dos trabalhos publicados, que recebi de V.Exa. Tive uma longa conversa com o Paulo e com o professor Deputado Ariosto Holanda, que é meu conterrâneo do Ceará. Sou Deputado pelo Maranhão, mas a minha origem é o Ceará.

Semana passada estive visitando a Confederação Nacional da Agricultura para conhecer um pouco mais um trabalho, um estudo que ela fez sobre a logística



do transporte. Lá, falou-se muito na questão do apagão portuário como uma ameaça ao setor de exportação do Brasil como um todo, e o potencial da região Norte. Daí ter se tratado da questão do corredor centro-norte para a exportação, em função dos recursos naturais e dos grandes investimentos concluídos ou em andamento, como é o caso do Porto de Itaqui, do porto no Pará, das hidrovias no Rio Amazonas e no Rio Madeira, da conclusão e do andamento dos grandes investimentos na Ferrovia Norte-Sul. Enfim, achei um trabalho interessante.

Até me aconselhei com o Paulo e com o professor Ariosto Holanda se esse estudo poderia ser comportado por esta Comissão. O termo usado fortemente na Confederação Nacional foi o apagão portuário nos próximos dez anos, o que me preocupou. Ele caberia no contexto das discussões estratégicas desta Comissão?

Acho que os dois pontos que foram abordados são extremamente pertinentes. O primeiro é a questão da telefonia celular. Acho que deixamos muito a desejar na logística necessária para que se possa ter uma comunicação não só segura, mas também regular, porque as interrupções são constantes. Todos nós vivenciamos esse problema. O segundo, a Lei de Patentes. Concordo absolutamente com esses dois pontos nesse contexto tecnológico das discussões aqui. Eles têm meu apoio, meu aval, se membro for desta Comissão. Se não for, acho que também é de bom grado.

Mas eu queria ouvir o Presidente e os nobres colegas sobre essa questão da logística portuária, esse corredor de exportação, se ela também poderia se enquadrar como viés, para que possa ser aprofundado, conhecer esse convidado, a VALEC, e fala-se da expansão da Norte-Sul para o sul do País, como é o desejo da nossa Presidente Dilma Rousseff. Falta ainda concluir os ramais para o Norte, que permitirá ligação do Porto de Santos para o Porto de Itaqui, pelo seu potencial.

Enfim, acho que é um assunto, segundo meu ponto de vista, como nordestino, como preocupado com os recursos naturais, para o qual é preciso se dar mais atenção, no que diz respeito a investimentos por parte do Governo Federal.

Concordo com os dois temas e faço uma pergunta: seria pertinente essa questão da logística? Comportaria aqui na Comissão? A região portuária do Norte — Maranhão, Pará — poderia ser melhor qualificada para a exportação de grãos, especialmente a soja, que hoje sobrecarrega o Porto de Santos, Paranaguá com



problemas seríssimos de logística. O porto ficaria mais apropriado para outras exportações.

Apenas ponho em consideração da Presidência se isso seria pertinente. Se for, terei grande interesse em colaborar com esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - A questão da logística é muito importante. O Brasil hoje paga um preço muito alto por não ter uma rede de armazenamento, apesar de ser um dos maiores produtores do mundo de grãos e gêneros alimentícios. Em Suape, apesar de ter cinco grandes empresas sendo instaladas: refinaria, três de uma vez, estamos perdendo três estaleiros de uma vez, uma siderúrgica plana, a FIAT — 100 empresas sendo instaladas e 50 empresas satélites da FIAT —, temos um problema de logística. Vejo que o grande lance em Suape hoje é fazer logística. O mundo todo está querendo fazer logística. Então, quando vou a Suape, há uma empresa lá chamada Usina, em Ipojuca, o Porto de Suape fica entre Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, e tem dez silos externos de açúcar cobertos de lona, porque não há onde colocar. Já pensou? Tudo está assim, você passa e só vê lonas e mais lonas. Eu passo, vejo e digo: meu Deus, precisamos de logística. Acho que o Brasil precisa desenvolver essa logística. Quando se fechou em Pernambuco um órgão de logística que existia para a agricultura, e quando se fechou aqui no Brasil, de um modo geral, as empresas que tratavam de logística, o Brasil ficou muito dependente desse setor. Eu acho, Luciano Moreira, que é um setor que precisamos discutir em profundidade. Devemos ver uma maneira que o Brasil pode estimular essa logística, cada vez mais rápido.

Então, essa é minha opinião. Gostaria que outros também pudessem falar sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA** - Sr. Presidente, apenas para concluir. V.Exa. falou em terminal de grãos. Há sete anos que se fala da construção de um terminal de grãos no Porto de Itaqui, esse processo está na ANTAQ — Agência Nacional de Transportes Aquaviários —, e não se conclui, e já está inteiramente saturado. Então, há essa questão do marco regulatório, que tem a ver com logística, como é o caso do terminal de grãos, o Tergram, do Porto de Itaqui. Não se consegue saber por que há sete anos se discute essa necessidade. Não sei se a iniciativa privada não se sente segura por essas questões de investimentos de



grande porte. Por alguma insegurança, por falta de um marco regulatório mais claro na parceria público/privado. Mas há sete anos que se fala do terminal de grãos no Porto de Itaqui, no Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Há alguém que queira discutir?

**O SR. DEPUTADO RICARDO RODRIGUES** - Só uma pergunta. Esse estudo que faríamos se cingiria ao tema da infraestrutura? Há um tema hoje de desembaraço alfandegário, de aduana que está prejudicando muito o Brasil. As empresas importadoras do interior não conseguem o desembaraço imediato. Temos filas nos poucos locais que estão autorizados, pela legislação em vigor, para funcionar com desembaraço alfandegário.

Portanto, tratando-se do tema como um todo, naquilo que diz respeito a exportação, teremos que trabalhar também esse ponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Isto seria importante: tratar o sistema como um todo, mas dirigido mais para a nossa agricultura.

Com a palavra nosso colega Deputado José Humberto

**O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, agradeço o convite, que se deu por meio do Deputado Ariosto Holanda, o qual tive o prazer de conhecer ontem, quando conversamos sobre questões que os senhores já vêm desenvolvendo neste fórum. Eu, Deputado novato, passo a conhecê-las neste momento. Tenho grande satisfação em participar do fórum.

Está presente o Líder do meu partido, da nossa grande bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Saúdo o nosso colega Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO** - Somos dois Deputados pelo partido, em âmbito nacional. Talvez tenhamos que verificar como se posiciona a bancada do PR, bloco que integramos, mas já manifesto a minha vontade de participar deste fórum. Direi rapidamente o porquê.

Sou engenheiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mas infelizmente eu talvez não possa mais dizer que ainda sou engenheiro.



Antes de prosseguir, cumprimento o Deputado Ariosto Holanda, que acaba de chegar. É um prazer revê-lo.

Sou engenheiro daquela geração da UFMG que não pôde atuar na profissão, porque de repente o Brasil já não precisava mais de engenheiros. A minha cidade perdeu um engenheiro, mas ganhou um político.

A minha região, no Estado de Minas Gerais, é considerada bem-resolvida. Temos boa distribuição de renda, mas temos problemas crônicos. A região do Alto Paranaíba, próxima ao Triângulo Mineiro, é uma região produtiva e de economia diversificada, mas, como outras regiões, cada uma com suas características, a nossa praticamente ainda vive da produção de bens primários e da prestação de serviços. Por isso, estamos entre as regiões de aparência rica, mas pobres, porque não agregamos valor ao nosso produto. A nossa renda *per capita* é baixa, assim como a receita municipal, que é baixíssima, porque nosso modelo tributário fiscal privilegia a União, em detrimento dos outros entes, inclusive os Municípios. Na distribuição dos Municípios, aqueles que não estão à margem de hidrelétricas, aqueles que não têm indústrias, aqueles que não têm mineração sobrevivem com a receita mínima. Já fui Prefeito da minha cidade e sei o que digo.

Quando se fala, por exemplo, em aplicar 25% dos recursos de um Município na educação, como acontece em todos os outros, fico com dó das crianças do meu Município. Comparando o nosso Municípios a outros, os 25% destes significam três ou quatro vezes mais *per capita* do que têm direito as crianças do nosso Município.

Esta é a pergunta que faço: como poderíamos utilizar esse conhecimento —e refiro-me a um tamanho conhecimento, um tamanho preparo —, por meio desta Consultoria, para que pudéssemos contribuir não apenas com a minha região, pois cada uma tem as suas características, mas enxergando as oportunidades dentro de arranjos produtivos locais em cada região.

Não vejo, por parte do Governo, uma política voltada ao desenvolvimento regional. E não o vejo nos Estados, sequer na União. Vejo que essa política fica à mercê dos Municípios. O resultado é a concentração da população nos grandes centros, salvo em Estados como São Paulo, onde há outra situação. Em Estados como Minas Gerais, bastante diferenciado nos seus regionalismos, nós temos problemas sérios.



Deixo, portanto, mais uma pergunta quanto a essa possibilidade. Temos ideias para a minha região e gostaríamos de que essas ideias fossem implementadas, no que se refere ao desenvolvimento regional. Tenho certeza de que este é o pensamento de muitos que aqui estão.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para tirar uma dúvida. E jogo uma ideia, caso os senhores a considerem adequada para este fórum. Trata-se de ideia já experimentada, mas a ela não se deu continuidade. Refiro-me ao financiamento da saúde pública no Brasil, que considero um problema seríssimo — aliás, não só no País.

Com a minha experiência de Prefeito — e considerando os problemas de interesses entre público e privado, também a respeito dos planos de saúde, e outras questões —, verifico que temos de avançar na gestão da saúde pública. Quando eu era Prefeito — aliás, antes —, o Ministério da Saúde iniciou a implantação do Cartão SUS. Levei esse projeto até o final na minha cidade. Mas o Ministério da Saúde abandonou o projeto. O que depreendi disso?

Hoje, depois de praticamente dez anos, temos outro patamar tecnológico no que se refere a comunicações, a banda larga, a informática. Não vejo como fazer algo, se o Governo não informatizar o processo.

Podem argumentar o seguinte: *“Talvez seja um problema cuja análise deva ser reservada ao próprio Ministério.”* A meu ver, Sr. Presidente, isso seria motivo de estudo deste Conselho, para que não ocorresse o que ocorreu na primeira vez: o projeto foi, vamos dizer assim, atrapalhado por interesses outros que houve na concepção tecnológica desse modelo de gerenciamento de base de dados, para fazer que todos os cidadãos recebessem o cartão de identificação e que as Prefeituras, centralizados os dados no Ministério da Saúde, tivessem todos os dados da saúde no DATASUS, em âmbito nacional. Estariam incluídas todas essas questões das negociações com planos de saúde e tudo o mais que envolve essa questão.

Enfim, estou chegando agora. Talvez este assunto já tenha sido discutido em outros fóruns, mas trago a todos essa dúvida minha e faço a proposição. Caso os senhores considerem adequado, que esse estudo seja feito por este Conselho.

Agradeço a todos a oportunidade da participação.





Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Nobre Deputado José Humberto, o problema do SUS é grave, o problema do financiamento público da saúde é grave. Sobre a Emenda nº 29, que seria a salvação, infelizmente o Governo nunca apresentou uma decisão. E, como eu disse, andamos no fio de uma navalha. Não podemos fazer competição direta com Comissões Permanentes da Casa. Este assunto é mais afeito à Comissão de Seguridade Social, que estuda questões relativas à saúde. Portanto, é melhor deixarmos esse assunto para aquela Comissão sem abdicarmos dele, para que futuramente possamos discuti-lo.

Isto posto, passo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Jardim e, em seguida, ao Pastor Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, oficialmente saúdo V.Exa., que dirige este Conselho. Este Conselho tem nome e sobrenome: Inocêncio Oliveira (*Risos*.) O Deputado Inocêncio Oliveira tem sido vanguardeiro, entusiasmado e apaixonado por aquilo que o Conselho de Altos Estudos tem feito.

Acompanhei à distância, no meu primeiro mandato, esse trabalho. Neste início de segundo mandato, tive a satisfação de ser indicado, pelo meu partido e pelo bloco, para integrar o Conselho, o que farei com dedicação. É o que pretendo, em virtude de tudo que já se faz, em virtude do formidável time de Parlamentares novos e outros já de maior tradição neste Conselho. Estou muito animado com relação a isso.

A dinâmica que estamos dando aos trabalhos torna tudo ainda mais significativo. Os engenheiros se apresentaram. Somo-me a eles naquilo que foi mencionado, sobretudo ao que disse o Sr. Deputado Arnaldo Jardim, de São Paulo.

Sr. Presidente, nessa coletânea de material produzido, o mais antigo, o nº 1, é um projeto sobre o *biodiesel*, trabalhado em 2003. Hoje vemos tornar-se uma fantástica realidade no campo dos biocombustíveis em nosso País.

E já estamos já no B-5, que significa 5% de mistura de óleo, com a possibilidade de se cobrirem 8%. É o que se fala. O Governo está terminando de fazer estudos. A última rodada de aquisição de biocombustíveis feita pela ANP foi



um sucesso extraordinário. Um bilhão e trezentos milhões foram os negócios fechados há duas semanas.

Na esteira disso, quero agregar a tantos assuntos importantes mencionados por todos os presentes — que têm meu entusiasmo, pois todos os assuntos são muito relevantes — uma sugestão. E creio que a sugestão que farei segue a dinâmica deste Conselho, pois o Conselho não pode ser um projeto imediato, não pode ser uma algo apenas conjuntural, tem de tratar de temas de forma estratégica, para não atropelarmos as Comissões. Devemos ser complementares.

Por isso, contando com o Srs. Vagner e Paulo César, para citar alguns que atuam no setor de minas e energia na nossa Consultoria, coordenada pelo Dr. Ricardo, eu gostaria de sugerir um tema na esteira do *biodiesel*: o desafio do nosso etanol.

Qual é a situação do nosso etanol? Hoje, a maior parte dos nossos combustíveis líquidos é o etanol, consumido no País. Esse combustível ganha em volume no que diz respeito à gasolina. Há peculiaridades que são muito desafiadoras. Por exemplo, o preço do petróleo foi a 140 reais, baixou a 38 reais na crise de 2008/2009, agora retomou o patamar de 100 reais; contudo, mantivemos praticamente estável o preço da gasolina nesse período. Enquanto isso, o preço do álcool flutua, agregados outros fatores.

Só isso bastaria, mas deve-se considerar também o processo de certificação que se faz hoje particularmente com os Estados Unidos, por meio de uma comissão tripartite. Portanto, temos o desafio do marco regulatório do etanol.

Faço essa sugestão para que não nos vejamos, daqui a pouco, diante de uma aflição, caso as usinas comecem a produzir mais açúcar e vejamos pouca disponibilidade do álcool para consumo interno. Ou, ainda, podemos ver uma planta como a da BRASKEM, inaugurada há pouco, que faz o plástico verde. A planta de Triunfo já consome 5% do álcool nacional, mas há previsão de outra planta, a ser inaugurada, que deverá consumir 10% da produção nacional de álcool combustível. Como ficamos diante da previsibilidade dessa presença na matriz energética, na matriz de combustíveis?

Portanto, sugiro que tratemos do tema marco regulatório do etanol, matéria muito importante tanto para sua a certificação como princípio de comercialização,



quanto à institucionalização do regulamento e da legislação em torno dessa questão. Acho que isso daria aquele fôlego a nós. Como o debate se iniciou com o *biodiesel*, deveríamos tomar fôlego e passarmos a tratar do setor específico de biocombustíveis.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX JÚNIOR** - Sr. Presidente, posso fazer um comentário sobre isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FELIX JÚNIOR** - Queremos transformar o etanol em *commodity*, portanto isso deverá ser feito necessariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Tenho o prazer de saudar meu colega de Mesa, o 1º Secretário, que realiza um trabalho extraordinário na Casa. Refiro-me ao Deputado Eduardo Gomes, que já veio para uma reunião. Devo dizer a S.Exa. que temos reservadas todas as quartas-feiras, de 14h a 16h. Hoje pretendíamos fazer uma reunião rápida de boas-vindas, mas, graças a Deus, tornou-se reunião tão produtiva, que vou deixar esses temas para a próxima reunião. Na próxima quarta-feira, depois da semana do carnaval, teremos outra reunião, de 14h a 16h, que poderá estender-se até as 17h ou até que se inicie a Ordem do Dia.

Passo a palavra ao meu colega Deputado Pastor Manoel Ferreira e, em seguida, ao Deputado Félix Júnior.

Peço licença ao meu colega Deputado Eduardo Gomes Eduardo, pois atrasaremos 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** Sr. Presidente, nobres pares, quero inicialmente agradecer o convite que me foi feito.

Confesso que sequer vi o nome da reunião, apenas vi o nome do Deputado Inocêncio Oliveira. Quando vi este nome, vim correndo para cá, porque quem pode manda e quem tem juízo obedece. Depois de tudo que ouvi, quero reiterar o que disse um dia publicamente: se eu aprender o que V.Exa. já está esquecendo, vou ser um grande Parlamentar deste País. *(Risos)*

Estou muito feliz em rever o Deputado Arnaldo Jardim e o meu companheiro Deputado Newton Lima, que provém da minha terra, São Paulo.

Sr. Presidente, sou um analfabeto político. Nem Vereador fui, nem mesmo candidato a síndico de prédio. Eu lido com o povo, com o coração do ser humano.



Viajei por mais de 60 países e por mais de 1.600 cidades no Brasil. O que eu conheço de necessidade, conheço do povo.

Pelo que ouvi dos companheiros — e tudo me tocou muito —, este Conselho existe para viabilizar uma vida melhor, conforme estou entendendo. E me vieram à mente algumas questões. Pode ser que eu esbarre em temas afeitos a algumas Comissões existentes, por isso já peço perdão pela minha ignorância.

Vi uma matéria que trata da capacitação de microempresas e pequenas empresas. Acho isso muito lindo! Cinquenta e oito por cento dos empregos do Brasil são oferecidos por esse pessoal. Todavia, há um estudo que diz que quase 40% dessas empresas acabam falindo no primeiro ano. Portanto, quero deixar uma proposição ou um conselho: que se faça capacitação do microempresário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Haverá gestão e capacitação tecnológica.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA** - Ah, sim, gestão virá na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Sim, gestão das microempresas e capacitação tecnológica.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA** - Eu mesmo já quebrei umas 50 empresas! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) – V.Exa. tem toda a razão em relação ao tema. Trata-se de contribuição importantíssima.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA** - Capacitando o dono da empresa, tudo tem condições de melhorar.

Cito outro tema, embora eu não saiba se caberia neste Conselho, no que diz respeito à avaliação tecnológica: o transporte. Viajei o mundo, conheci boa parte da Europa. No velho continente, funcionam muito bem as ferrovias. Por que em nosso País temos dificuldades com a ferrovia, um transporte tão barato? Não sei se caberia aqui um estudo sobre isso. O País é tão extenso, tem tanta condição para isso. Portanto, deixo aqui esta palavra.

Quero dizer também que a inteligência brasileira tem que ser exportada. Estive na Bélgica fazendo um trabalho e descobri que um país daquele tamanho,



que não produz nada, exporta inteligência! O brasileiro tem que ser conhecido pela sua capacidade e inteligência.

Considerando o que o Deputado José Humberto disse sobre saúde, quero dizer que perdi um filho, devido à falta de capacitação tecnológica dentro de um hospital. Oxalá isso pudesse ser discutido numa comissão que vá além daquela, porque talvez aquela esteja sobrecarregada!

Ficam aqui minhas palavras.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado pela contribuição.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA** - Se eu puder fazer algo nesta comissão, ficarei grato, embora o meu partido não tenha falado ainda nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Ao contrário do que V.Exa. disse, V.Exa. veio bastante preparado! (*Risos.*)

Com a palavra o ilustre Deputado Felix Júnior e, em seguida, para encerrarmos com chave de ouro, ouviremos o Deputado Ariosto Holanda.

**O SR. DEPUTADO FELIX JÚNIOR** - Primeiramente, quero agradecer o convite. Meu pai foi membro desta Comissão há muito tempo.

São tantos os temas, que ficamos impressionados: educação, *software*, etc. Na semana passada, eu conversava com um doutor na área de *software* e ele me disse que, nos carros *top* de linha, 40% do valor do automóvel é *software*. Quando se para um carro para consertar, é preciso reinstalar o *software*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - V.Exa. sabe que o carro *flex* é *software*?

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sim, e dos carros *top* de linha 40% do valor é *software*. Isso é impressionante!

Estive em uma universidade no exterior e verifiquei que um professor disponibiliza 10% a 20% do tempo para ensinar, utilizando o resto do tempo para criar conhecimento. No Brasil, não acontece isso.

Em relação às contas, hoje em dia temos empresas de energia e de telefonia, que cobram, medem e fazem todo o processo. Não acompanhamos processo algum! Como podemos medir o nosso consumo de energia? Como podemos medir o



nosso consumo de telefonia e de água? A aferição disso é importante. Nos Estados Unidos, há 50 anos, havia dois medidores de energia: um da casa, outro da companhia de energia. Aqui, tudo a companhia de energia faz: mede, cobra, determina tudo. Temos que verificar isso também .

Há outro tema que me preocupa muito, Sr. Presidente, que mexe com tudo, basicamente, inclusive em Itabuna, minha terra, onde a produção de cacau é muito importante. Refiro-me à nossa política econômica e cambial, monetária e cambial.

Como exemplo, cito o cacau. O cacau já foi importante, não é mais, nem para a Bahia, senão para aqueles agricultores que preservam a sua cultura. O cacau está a um preço só alcançado em 1980: 3.700 dólares a tonelada. No entanto, paga-se 93 reais ao produtor — alguns anos atrás, chegou-se a pagar 150 reais, com o preço em dólar muito inferior —, e isso está prejudicando muito a cadeia produtiva.

Assim, poderíamos abordar as políticas cambial e monetária, que são uma caixa-preta. Poderíamos fazer um estudo disso. Mas, sem querer tomar muito tempo, deixo o tema para a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Ariosto Holanda, V.Exa. tem a palavra para concluir.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sr. Presidente, eu gostaria de dar boas-vindas aos companheiros e membros deste Conselho.

Duas coisas me motivam a não sair deste Conselho e a trabalhar com paixão. Primeiro, o fato de termos um Presidente que tem paixão por este Conselho.

Cabe fazer aqui um breve histórico. V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, deve lembrar que em 1993 houve uma CPMI para tratar das causas e dimensões do atraso tecnológico no País, presidida por Mário Covas e relatada pela Deputada Irma Passoni. Uma das recomendações desta CPMI à Casa foi a criação de um conselho de altos estudos para dirimir as dúvidas do Parlamento na questão tecnológica, sempre crescentes. Como resultado da CPMI, eu e Irma Passoni procuramos o Deputado Inocêncio Oliveira, então Presidente da Casa, e S.Exa. disse: “*Vou implantar o conselho*”. Hoje, o Conselho é regimental e seus membros são indicados pelas Lideranças dos Partidos.

Portanto, isto é o que me motiva a continuar sempre neste Conselho: tenho um Presidente apaixonado. E há outras pessoas aqui com a mesma paixão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu me realizo. Ocupo cargo na Mesa para poder ficar aqui. Se pudesse vir para cá, não faria questão de ficar na Mesa; faria questão de ficar aqui.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Segundo, este Conselho está em sintonia com o Executivo. Os grandes temas nacionais nascem aqui. O *biodiesel* começou aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero aparteá-lo rapidamente. Trouxemos a esta Casa uma usina de *biodiesel* completa, que foi montada no Anexo II. Óleo de mamona era transformado em *biodiesel* e colocado dentro de um trator ou caminhão, que saía rodando com *biodiesel* puro. Depois discutimos sobre os centros vocacionais tecnológicos, e trouxemos um centro vocacional até aqui.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - E há o pré-sal!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Saudando o nosso Presidente Marco Maia, encerro, neste momento, a reunião. Quando uma força maior chega, a força menor se levanta.

Declaro encerrada a reunião.